

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2022

Dispõe sobre o Programa de Transporte Escolar para os alunos da Rede Municipal e Estadual de ensino de Balneário Camboriú.

DOS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO

Art. 1º Serão atendidos os alunos que residirem numa distância maior de 2(dois) quilômetros da Unidade Escolar na qual estiverem matriculados.

Art. 2º Caso haja vaga no zoneamento residencial do aluno, este perderá a vaga no Programa do Transporte Escolar para estudar perto de sua residência em cumprimento a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei nº 13.845 de 18 de junho de 2019.

Art. 3º Nos casos em que os Pais/Responsáveis optarem pela matrícula em Unidade Escolar preferencial, o transporte do aluno será de responsabilidade da família.

Art. 4º O uso do Programa de Transporte Escolar é restrito para alunos da rede municipal e estadual de ensino para fins de atividades pedagógicas.

DA SOLICITAÇÃO, DEFINIÇÃO E VALIDAÇÃO DOS ALUNOS NO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 5º O processo de inclusão no Programa do Transporte Escolar ocorrerá a partir do cadastramento no Departamento Administrativo, no Setor de Transporte.

Art. 6º Para efetivação do cadastro no Programa do Transporte Escolar é necessário:

I - O aluno estar regularmente matriculado no ensino fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio, da rede Municipal e/ou Estadual de ensino de Balneário Camboriú;

II - solicitação de inclusão formalizada mediante preenchimento e assinatura da Ficha de Solicitação pelos pais/responsáveis do aluno, anualmente;

III - apresentar documentação (xerox da certidão de nascimento ou da carteira de identidade do aluno; comprovante de residência atualizado apresentado no ato da matrícula/rematricula, atestado de matrícula, 2 (duas) fotos 3x4);

IV - ser residente no município de Balneário Camboriú.

Parágrafo Único: A falsidade da declaração incide em pena de acordo com o Código Penal, artigo 299, conforme descrição abaixo:

Art. 229 Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

Pena: Reclusão de 1(um) a 5(cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1(um) a 3(três) anos, se o documento é particular.

Art. 7º O aluno somente terá direito ao Transporte Escolar municipal no período de aulas regulares do ano letivo.

Parágrafo Único: Os alunos que ficarem em 'exame final' não terão direito ao Transporte Escolar. O período de Exame Final compreende a preparação e as provas em 'exame final'.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ALUNO E DOS PAIS/RESPONSÁVEIS

Art. 8º Caberá ao aluno inscrito no Programa do Transporte Escolar:

I - estar no ponto pré-definido pela Secretaria de Educação, 10 (dez) minutos antes do horário previsto de embarque;

II - apresentar a carteira de usuário no momento do embarque;

III - respeitar as normas do Programa do Transporte Escolar;

IV - usar o cinto de segurança;

V - respeitar os funcionários;

VI - permanecer sentado durante o percurso do Transporte Escolar;

VII - não colocar qualquer parte do corpo ou objetos fora da janela do veículo de transporte;

VIII - não lançar objetos pela janela;

IX - não riscar ou danificar qualquer peça ou acessório do veículo de transporte;

X – não apresentar comportamento indisciplinar (briga, discussão, bagunça, agressão, etc.):

Penalidade: Progressivamente, advertência verbal, advertência por escrito e em casos de reincidência, e conforme a gravidade, a família será convocada, sendo passível de perda da vaga no Programa do Transporte Escolar.

Art. 9º Caberá aos pais/responsáveis pelos alunos atendidos pelo Programa do Transporte Escolar:

- I - solicitar e autorizar expressamente a adesão do aluno ao programa do Transporte Escolar, por meio da Ficha de Solicitação – Transporte Escolar;
- II - acompanhar o aluno nos horários e locais estabelecidos para a entrega ao monitor na saída e chegada do Programa do Transporte Escolar;
- III - respeitar os funcionários;
- IV - orientar seus filhos quanto às normas do Programa do Transporte Escolar.

Parágrafo Único: Caso os pais ou responsáveis não cumprirem o disposto no inciso II do artigo 9º, o transporte escolar conduzirá o menor até a Secretaria de Educação, onde os pais ou responsáveis deverão buscar o aluno. Em caso de reincidência, o responsável pelo Programa do Transporte Escolar acionará o Conselho Tutelar.

DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 10º São atribuições da Secretaria de Educação:

- I - monitorar o Programa do Transporte Escolar, por meio de Relatórios emitidos pelos Departamentos, Administrativo e Técnico Pedagógico, Unidades Escolares, e, se necessário, instituir auditorias.
- II - estabelecer, por meio de Instrução Normativa específica, a organização do atendimento, normas, procedimentos e prazos do Programa.
- III - zelar pelo fiel cumprimento das normas estabelecidas na presente Instrução Normativa, bem como pelas orientações complementares que se fizerem necessárias no decorrer do ano letivo;
- IV - estabelecer mecanismos de controle da prestação de serviços, considerando a assiduidade, pontualidade e as ocorrências desabonadoras que possam acarretar em multas contratuais e/ou desligamento do Programa;

II - realizar estudos com os Departamentos da Secretaria de Educação, visando o planejamento para o atendimento à demanda e à acomodação dos usuários em Unidades Escolares mais próximas às suas residências.

DAS ATRIBUIÇÕES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 11º Após a validação da Secretaria de Educação, o Departamento Administrativo deverá organizar a demanda de alunos validados para atribuição aos condutores considerando:

- I - capacidade do veículo;
- II - os horários de aula das Unidades Escolares;
- III - os endereços das Unidades Escolares;
- IV - o menor percurso para o aluno.

Art. 12º Compete ao Departamento Administrativo:

- I - organizar a recepção e saída dos veículos que prestam serviços no Transporte Escolar, a fim de assegurar a fluidez e segurança dos alunos;
- II - manter livro específico para registro da Unidade Escolar e/ou da família e/ou do condutor de ocorrências relacionadas ao Transporte Escolar, com vistas à avaliação contínua da prestação dos serviços;
- III - manter toda documentação referente ao Programa organizada e documentos dos alunos devidamente arquivados no prontuário;
- IV - manter lista de alunos atualizadas nos transportes;
- V - apresentar relação de passageiros com nome completo e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) com antecedência de 5(cinco) dias úteis;
- VI - encaminhar à Secretaria de Educação, dúvidas, solicitações e ocorrências com condutores, alunos e famílias relativas aos procedimentos e normas do Programa;
- VII - organizar a escolha dos condutores para a prestação dos serviços;

VIII - acompanhar as ocorrências registradas em livro específico, realizando a apuração dos fatos, quando necessário e tomando as devidas providências, por meio do setor responsável;

IX - zelar pela cordialidade dos motoristas com os usuários e família.

X - manter monitor no transporte escolar;

XI - não permitir o uso de aparelho de som que ultrapasse a 25 decibéis;

XII - efetuar o cadastramento anualmente.

Parágrafo Único: A escolha dos locais e itinerários para prestação dos serviços ocorrerá conforme a demanda de alunos.

DAS ATRIBUIÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 13º Caberá à Gestão das Unidades Escolares:

I - designar um servidor responsável para acompanhar o embarque e desembarque do Transporte Escolar da Secretaria de Educação;

II - divulgar e orientar aos pais/responsáveis dos alunos e a toda comunidade escolar os critérios e prazos para a adesão ao Programa do Transporte Escolar, no ato da matrícula/rematrícula e durante o ano letivo;

III - manter atualizado os dados cadastrais dos alunos, a fim de garantir a identificação dos critérios para a inclusão no Programa de Transporte Escolar;

IV - fornecer Atestado de Matrícula dos alunos para inserção ao Programa de Transporte Escolar.

Art. 14º A Unidade Escolar deverá realizar a conferência e verificação dos dados, endereços e percursos dos alunos considerados aptos à inclusão no Programa de Transporte Escolar.

Art. 15º Para atividades pedagógicas Intermunicipal, caberá a Unidade Escolar fornecer relação de passageiros com nome completo e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) com antecedência de 5(cinco) dias úteis;

DAS ATRIBUIÇÕES DOS USUÁRIOS NO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 16º A utilização do cinto de segurança é obrigatória, bem como a permanência sentado durante o percurso, atendo as normas de segurança do trânsito, conforme o artigo 65 do Código Brasileiro de Trânsito:

Art. 65 É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 17º Os casos não contemplados nos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa para atendimento ao Programa de Transporte Escolar serão considerados excepcionais e resolvidos pela Secretaria de Educação de Balneário Camboriú.

Art. 18º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú, 24 de outubro de 2022.

Marilene Rosana Severino Cardoso
Diretora-geral do Colegiado da Educação